



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1323 | 10 a 23/03/2014

Formalizada a Rede Sindical de Trabalhadores da Petrobrás

Encontro no Rio de Janeiro reuniu sindicalistas da Petrobrás de diversos países e concretizou uma luta iniciada há 10 anos

Lideranças sindicais da Argentina, Brasil, Colômbia, Curaçao, China, Nigéria, Peru e Suíça participaram entre os dias 25 e 27 de fevereiro do Encontro Internacional da Rede Sindical de Trabalhadores da Petrobrás. O evento foi uma iniciativa da FUP, CNQ/CUT (Confederação Nacional do Ramo Químico e Petroquímico da CUT) e IndustriAll (Federação Internacional dos Trabalhadores dos Setores de Energia, Químico e Metalúrgicos) para construir uma agenda permanente de debates e ações sindicais da Rede, promovendo a solidariedade de classe e a troca de experiências entre os trabalhadores.

Além das delegações internacionais, o Encontro contou com a presença de dirigentes sindicais das bases da FUP e da CNQ, bem como de representantes da Petrobrás, inclusive da presidente Maria das Graças Foster, que participou da mesa de encerramento do evento.

O coordenador da FUP, João Antonio de Moraes, ressaltou a importância do encontro para o fortalecimento da Rede Internacional de Trabalhadores da Petrobrás, que começou a ser construída há mais de dez anos

para garantir o respeito às organizações sindicais e condições decentes de trabalho em todas as unidades da empresa, não só no Brasil, como nos demais países onde atua. Moraes ressaltou a importância do Acordo Global, firmado em dezembro de 2011 pela Petrobrás com a FUP e a IndustriAll (na época ICEM), onde a empresa se compromete a garantir condições seguras de trabalho, responsabilidade ambiental, bem como respeito às representações sindicais nos países onde atua. “Esse acordo só se transformará de fato em um instrumento de mudanças e avanços nas relações de trabalho, se os trabalhadores se organizarem”, frisou o coordenador da FUP.

Para o secretário de relações internacionais da FUP e dirigente do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, o petroleiro da SIX Mário Dal Zot, a constituição da rede é a resposta dos trabalhadores frente as práticas neoliberais. “O objetivo de uma rede internacional de trabalhadores é fazer o enfrentamento à globalização neoliberal. As empresas procuram países onde as leis e as organizações trabalhistas são mais



► Dirigentes da base do Sindipetro Paraná e Santa Catarina protagonizaram a oficialização da Rede

fracas. Por isso, as redes são fundamentais para combater essas práticas do neoliberalismo globalizado”.

O petroleiro da Repar Roni Anderson Barbosa, presidente do Instituto Observatório Social da CUT, explicou que tem acompanhado a construção e a implementação de várias redes sindicais de trabalhadores de multinacionais. “Cada vez mais empresas brasileiras estão se internacionalizando e os trabalhadores brasileiros estão agora tornando-se protagonistas na construção destas redes. É fundamental que os trabalhadores se organizem para garantir avanços nas relações

e condições de trabalho”, destacou.

A diretora da IndustriAll, a norte-americana Carol Bruce, ressaltou que a entidade tem grandes expectativas com a rede, pois é através desta organização que o Acordo Global firmado com a Petrobrás será fortalecido e

poderá, de fato, se traduzir em avanços nos locais de trabalho. “Acompanhamos mais de 100 redes na IndustriAll e sabemos que essa é uma importante ferramenta para fortalecer os sindicatos na luta por melhores condições de trabalho”, disse.

► Organização da Rede

Mário também explicou como será a funcionalidade da rede. “A secretaria de relações internacionais da FUP vai centralizar a organização por estarmos no país sede da empresa. Será formado um banco de dados sobre legislação, acordos coletivos e práticas sindicais de cada país. Teremos encontros da rede a cada três anos no Brasil, mas também faremos encontros anuais sobre assuntos específicos. Nossa missão é integrar os trabalhadores da Petrobrás dos países onde a empresa atua para garantir igualdade de direitos e condições dignas de trabalho para todos. Nossa ideia é globalizar direitos”, afirmou.

Esclarecimentos em relação ao benefício farmácia

A operacionalização do novo benefício farmácia, conquista do último Acordo Coletivo de Trabalho, ainda tem gerado algumas dúvidas dos trabalhadores, principalmente em relação às opções “Delivery” (entrega de medicamentos em casa) e compra direta nas farmácias.

Os medicamentos da opção delivery são aqueles que precisam passar por uma análise técnica para serem fornecidos. Nesses casos, o beneficiário deve entrar no site <http://beneficio.epharma.com.br> e preencher uma ficha cadastral, fornecendo alguns documentos em formato digital, como R.G, carteirinha da AMS, receita médica, laudo médico e exames que comprovem a doença. Antes disso, verifique no site da AMS (www.ams.petrobras.com.br) se o remédio está mesmo classificado como “Delivery” na coluna “Tipo”. Após a aprovação da ficha cadastral, o medicamento solicitado será entregue na residência do beneficiário.

Quando terminar a validade da receita, o beneficiário deverá providenciar nova prescrição médica e solicitar nova remessa à Petrobrás, que pode ser feito de três maneiras:

1 – Em um dos Postos Avançados dos Serviços Compartilhados;

2 – Por Correios, através do seguinte endereço:

Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS

COMPARTILHADO/RSPS

BENEFÍCIO FARMÁCIA – DELIVERY

Rua Amazonas, nº 363 – 3º andar – Salar 36 – Centro

São Caetano do Sul-SP - CEP: 09520-060

3 – Por correio eletrônico para o e-mail

operacao.bf@petrobras.com.br ou via Notes (somente para empregados ativos), através da chave SOBF.

Em todos os casos o beneficiário deverá encaminhar a cópia da receita médica atualizada, com validade de no máximo 120 dias, contendo assinatura e carimbo do médico ou dentista e sem rasuras, além de informar o número de sua matrícula e endereço para entrega. É importante informar sempre ao atendente ou na solicitação encaminhada por e-mail, ou ainda pelos Correios, se deseja receber a reposição de alguns dos itens solicitados para que sejam enviados mensalmente para o endereço indicado. O prazo máximo de envio do refil é de 4 meses ou até o final da validade da receita apresentada.

Regras para aquisição direta nas farmácias

O beneficiário titular pode adquirir as medicações constantes na lista disponível no site da AMS para si próprio com a apresentação do cartão AMS,



receita médica e documento. Também pode adquirir para seus dependentes com a apresentação da receita médica, documento e cartão AMS de ambos.

O dependente (responsável) poderá adquirir medicamento apenas para si próprio, com a apresentação da receita médica, cartão AMS e documento.

Caso seja necessário que um dependente compre medicamento para outro dependente ou titular, é necessário que o titular se dirija até um posto de atendimento do compartilhado e solicitar um cartão de responsável nomeado (Carterinha Branca).

► Denuncie práticas antissindiciais

A Comissão de Ética do Sindipetro Paraná e Santa Catarina vai analisar os casos de abusos cometidos durante as greves de 2013. As denúncias devem ser feitas através do correio eletrônico

etica@sindipetroprsc.org.br. Elas

devem conter nome do denunciado e a atitude antissindical praticada. A Comissão garante o sigilo do denunciante e se compromete investigar caso a caso.



Campanha quer reduzir a exposição de consumidores e frentistas ao Benzeno

Objetivo é conscientizar população e trabalhadores de postos a completar o tanque só até o automático das bombas de combustíveis

A Comissão Estadual do Benzeno, em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CEST), lançou a campanha “Não passe do limite – Complete o tanque só até o automático”. A ação reduz a exposição do frentista e do consumidor ao benzeno, diminui a contaminação do

ambiente e evita desperdícios e danos ao automóvel.

O benzeno é uma substância altamente cancerígena, cujos riscos são reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde. A intoxicação pelo produto (inalação de gases ou aspiração de formas líquidas) também causa bronquite, dificuldades respiratórias e até bronquio-

lites irritativas graves, com hemorragia, inflamação e edema pulmonar, podendo levar à morte.

O derramamento do combustível excedente do tanque no solo e sua evaporação no ar causa também riscos ao meio ambiente.

Abastecer o tanque “até a boca” também faz mal para o automóvel. O combustível

excedente é armazenado no canister, dispositivo feito para absorver vapores gerados durante o processo de abastecimento. Quando o canister entra em contato com combustível na forma líquida, ocasiona falhas no motor, risco de queima da bomba de combustível, danos à pintura e desperdício de gasolina.

A campanha “Não passe do limite – Complete o tanque só até o automático” mobiliza mais de 2,6 mil postos de combustíveis em todas as regiões do Estado e tem o apoio do Ministério Público do Paraná, Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Sindipetro Paraná e Santa Catarina.



➔ TRANSPETRO

Monitoramento ambiental sério se faz com respeito!

A cláusula 102ª do Acordo Coletivo da Transpetro garante a participação dos sindicatos para o acompanhamento do monitoramento ambiental, que consiste em averiguar os agentes de riscos físicos e químicos e de avaliação qualitativa dos agentes biológicos de trabalho, de acordo com a legislação de segurança e saúde do trabalho.

O acordo do monitoramento é, sem sombra de dúvida, uma conquista para a categoria. O problema é que as gestões locais fazem de todo para burlar o teor da cláusula. A constatação do desrespeito ao acordo nacional ocorreu no Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul e de Paranaguá. O Sindicato foi comunicado às vésperas do início do monitoramento ambiental de risco físico de ruído.

O monitoramento deve ser levado a sério e precisa ser debatido com antecedência. Metodologia, agentes e grupos homogêneos de exposição a serem vistoriados, e escala de amostragem são questões fundamentais para a segurança no trabalho e precisam ser acordadas antes do início do processo. O Sindicato não será mero espectador e não reconhece os monitoramentos da Transpetro.



Sindicato reajusta o auxílio funeral

Na última reunião da Direção Executiva do Sindipetro Paraná e Santa Catarina foi deliberado pelo reajuste de 13,6% sobre o auxílio funeral, passando de R\$ 2.200,00 para R\$ 2.500,00 a partir de fevereiro.

O auxílio funeral é um benefício pago pelo Sindicato à família do associado em caso de falecimento do titular. O programa foi implementado em 2008 e a média registrada é de 12 concessões por ano. O valor tem por base os gastos com um cerimonial de categoria média.

Há pouco mais de dois anos, o Sindicato firmou convênio com a Funerária e Crematório Vaticano, que possibilita a realização de serviços de sepultamentos ou cremações (no caso da cremação, o convênio não cobre o caixão). Assim, os familiares podem optar pelo recebimento do dinheiro na Secretaria do Sindicato ou contatar a Vaticano e informar sobre o convênio com do Sindipetro.

Funerária e Crematório Vaticano:

Curitiba - (41) 3153-7415

Balneário Camboriú - (47) 3361-0400

Florianópolis - (47) 3361-0400

➔ JURÍDICO

Ações sobre correção de FGTS pela TR são suspensas

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão proferida em 25/2, suspendeu o andamento de todas as ações judiciais que discutem o uso da Taxa Referencial (TR) como índice de correção do saldo do Fundo de Garantia (FGTS). A suspensão geral se deu em um processo que chegou foi levado ao STJ por meio de Recurso Especial (Resp), que foi selecionado pelo ministro Benedito Gonçalves para ser julgado sob o rito dos recursos repetitivos.

Como a questão está sendo debatida no Judiciário no Brasil inteiro, onde tramitam cerca de 70 mil processos, atendendo a pedido da Caixa Econômica Federal

(CEF), valendo-se da prerrogativa legal do efeito repetitivo para vincular as demais decisões a um caso paradigma, o STJ acolheu o pedido da CEF.

A partir da decisão do STJ, todos os processos em instâncias inferiores ficam suspensos até que a Corte decida o caso paradigma.

O mecanismo do efeito repetitivo foi introduzido no Código de Processo Civil em 2008 (Lei 11.762/2008), e pode ser usado pelo STJ: “quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo” (art. 543-C).

O objetivo salutar do



efeito repetitivo é dar celeridade e uniformidade aos processos, evitando uma sucessão de decisões repetitivas em milhares de processos idênticos.

Para Roberto Mezzomo, advogado sócio de Sidnei Machado Advogados, escritório que assessorava o Sindipetro Paraná e Santa Catarina, “o mecanismo das ações repetitivas pode ser benéfico aos cotistas do FGTS, na medida em que tende a agilizar a definição do direito pelo STJ; por outro lado, há

risco de que se construa uma jurisprudência contrária à tese dos trabalhadores, sem

um prévio e amplo debate em todas as instâncias do judiciário”.

► Ações coletivas

As ações coletivas promovidas por sindicatos em nome de suas categorias profissionais, receberão o mesmo tratamento, ou seja, ficaram também suspensas. O benefício da ação coletiva, caso o STJ decida favoravelmente aos cotistas do fundo, é agilizar a execução. Havendo sentença definitiva na ação coletiva, os trabalhadores membros da categoria precisarão apenas requer a habilitação na fase de cumprimento e execução da decisão judicial.

O Sindipetro ingressou com ação coletiva do FGTS no final do ano passado para representar todos os petroleiros do Paraná e Santa Catarina.

FUP exige pagamento dos níveis para todos os aposentados e pensionistas

Na primeira reunião da Comissão de Acompanhamento de ACT deste ano, a FUP e seus sindicatos cobraram o cumprimento de diversas cláusulas que ainda precisam, de fato, ser implementadas no acordo coletivo de trabalho e, dentre elas, a cláusula 181, referente à extensão e pagamento dos níveis 2004, 2005 e 2006 aos assistidos (aposentados e pensionistas) do Plano Petros.

A Federação exigiu que a Petrobrás solucione o caso dos grupos que ainda não tiveram propostas apresentadas pela empresa em relação aos níveis, mais especificamente, os quase 18.000 assistidos que não possuem ações na justiça e, os cerca de 3.500 que não obtiveram sucesso em suas ações. A Petrobrás afirmou que ainda aguarda um parecer da Petros em relação à existência de algum impedimento legal para a extensão e o pagamento dos níveis a estes dois grupos citados acima.

